Artigo 56.º — Encargos administrativos:

1) Restituições:

a) Importância da participação em multas, nos termos dos decretos n.ºs 7:989, 8:332, 8:364 e 14:421 e outros diplomas em vigor 20.000\$00

2) Participações em receitas:

a) Importância correspondente ao produto da venda de chapas de timbre para caldeiras e motores e boletins da Direcção Geral da Indústria e destinada à compra de novas chapas e publicações e à composição e impressão de boletins e outras publicações 100.000\$00

160.000\$00

Art. 2.º No mesmo capítulo e orçamento do Ministério do Comércio e Indústria é anulada a quantia de 40.000\$ no artigo 56.º «Encargos administrativos», n.º 3) «Outros encargos», alínea b) «Inquérito industrial», adicionando-se ao orçamento das receitas do Estado para o mesmo ano económico a quantia de 120.000\$, sendo 20.000\$ à verba inscrita no capítulo 4.º, artigo 72.º, e rubrica «Taxas.— Rendimentos de diversos serviços — Serviços Administrativos — Multas», e 100.000\$ ao capítulo 4.º, artigo 97.º «Taxas — Rendimentos de diversos serviços — Serviços de Fomento — Taxas da Direcção Geral da Indústria».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Maio de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Betten-court — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal pleno

Processo n.º 24:666. — Nos autos crimes vindos da Relação de Lisboa, em que é recorrente o Ministério Público e recorridos João António Pereira e filho, foi proferido o seguinte acórdão:

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

José dos Santos Júnior, portador de um cheque de 7.474\$15 sôbre o Crédit Franco-Portugais, datado de 11 de Junho de 1936, não pago por falta de provisão, como nêle se declara, apresentou em 28 de Julho a sua queixa na policia de investigação criminal de Lisboa, confirmando-a depois ali, por duas vezes, e ainda outra, mais tarde, perante o juiz do 5.º juízo criminal, para onde o processo transitou e a quem declarou encontrar-se embolsado, desde 2 de Setembro, da referida quantia, e não querer constituir-se parte em juízo. En-

tão o agente do Ministério Público promoveu o arquivo do processo, o que foi indeferido pelo juiz por despacho que o Tribunal da Relação de Lisboa revogou, em acórdão que o Supremo Tribunal confirmou.

Neste acórdão, de 11 de Junho de 1937 (*Colecção Oficial*, ano 36.º, p. 197), decidiu-se que a emissão de cheque sem cobertura não pode ser punida sem acusação do respectivo portador, doutrina contrária à do acórdão de 13 de Março de 1934 (*Colecção Oficial*, ano 33.º, p. 66), que havia decidido não ser particular o crime de emissão de cheque sem provisão, podendo assim prosseguir a acusação com o Ministério Público, não obstante a desistência do queixoso.

A fim de se fixar doutrina sôbre este assunto, recorreu o Ministério Público para o tribunal pleno, nos termos do artigo 668.º do Código do Processo Penal, declarando seguir a orientação do acórdão de 1934. E de facto esta a que deve prevalecer. Pode bem afirmar-se que a passagem de cheque sem provisão é crime que afecta o crédito público e uma das modalidades do crime de burla.

Mas o artigo 24.º do decreto-lei n.º 13:004, de 12 de Janeiro de 1927, determinou que ao sacador seja aplicada pena «a pedido do portador do cheque».

Tem, por isso, de se entender que a expressão «a pedido» é uma restrição à acção penal do Ministério Público para o efeito de transformar o crime público em quasi público e assim incluí-lo na categoria dos crimes referidos no artigo 6.º do Código do Processo Penal.

Por este artigo, nos casos em que a lei exige queixa, denúncia ou participação do ofendido, ou de outras pessoas, para haver procedimento penal é necessário que essas pessoas dêem conhecimento do facto em juízo para que o Ministério Público promova.

Ora, no caso, o ofendido apresentou a sua queixa ou participação em juízo, dando conhecimento do facto ao tribunal para que este exerça a sua função de julgamento e punição do crime.

Não é lícito fixar à expressão «a pedido do portador» equivalência a querela, acusação ou requerimento particular, indicadas no artigo 7.º do citado Código como referidas a crimes particulares, pois estas envolvem a significação de acção contínua, ao passo que com o «pedido» sômente se pretende uma intervenção preliminar do ofendido.

Pelo exposto, dão provimento ao recurso, revogam o acórdão recorrido para o efeito de ser mantido o despacho em causa do juiz da 1.ª instância e estabelecem o seguinte assento:

Para ser punido o crime de emissão de cheque sem cobertura, previsto e punido no artigo 24.º do decreto n.º 13:004, basta que, nos termos do artigo 6.º do Código do Processo Penal, o portador dê conhecimento do facto em juízo.

Lisboa, 19 de Abril de 1938. — Magalhães de Barros — Alberto Plácido — E. Santos — César A. dos Santos — Abílio de Andrade — Costa Santos — Lopes Cardoso — Sampaio Duarte — Adolfo Coutinho — Luiz Osório (vencido pelos mesmos motivos do acórdão recorrido) — Avelino Leite (vencido pelos mesmos fundamentos) — Adriano Fernandes (vencido pelos mesmos fundamentos) — Carlos Alves (vencido pelas mesmas razões) — Ramiro Ferreira.

Está conforme. — Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, 28 de Abril de 1938. — O Secretário do Tribunal, José de Abreu.